



CLIPPING INTERNET
08/07/2022 ATÉ 08/07/2022



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG DO MINARD.....	2
	2.2 BLOG LUÍS CARDOSO.....	3
	2.3 SITE O MARANHENSE.....	4
3	INSTITUCIONAL	
	3.1 BLOG MARCO DEÇA.....	5
4	POSSE	
	4.1 SITE O MARANHENSE.....	6 7
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 BLOG FERNANDO MELO.....	8
	5.2 BLOG GILBERTO LEDA.....	9
	5.3 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	10
	5.4 BLOG JEISAEL.COM.....	11
	5.5 BLOG MARCO DEÇA.....	12
	5.6 BLOG MARRAPÁ.....	13
	5.7 BLOG SÍLVIA TEREZA.....	14
	5.8 BLOG WERBETH SARAIVA.....	15
	5.9 SITE IMIRANTE.COM.....	16
	5.10 SITE O MARANHENSE.....	17

BRK é condenada a pagar R\$ 14 mil a moradora de Ribamar por cobrança abusiva em conta de água

BRK Ambiental. Foto Reprodução

Em decisão unânime, a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença para indenizar moradora de São José de Ribamar, após ter recebido cobrança abusiva de mais de R\$ 14 mil reais em apenas um mês de consumo de água em sua residência.

Segundo a decisão, que manteve a sentença do Juízo de base, a proprietária de um imóvel em São José de Ribamar recebeu entre os meses de janeiro e março de 2020 cobrança de tarifas abusivas, quando comparadas aos demais meses anteriores, pela empresa BRK Ambiental - Maranhão S/A.

Ao receber a cobrança com o aumento desproporcional, a moradora foi surpreendida posteriormente com a suspensão do fornecimento de água, sem qualquer notificação. Ao ingressar com a ação na Justiça, em sede de tutela antecipada (decisão que adianta efeitos da decisão final) teve o pedido atendido, para a religação do abastecimento de água imediato e suspensão das cobranças em valores desproporcionais.

Em sua defesa, a empresa alegou que houve corte no local por inadimplência das faturas dos meses em questão e que a cobrança dos serviços efetivamente consumidos constitui exercício regular do direito, por conta da suposta inadimplência. A BRK Ambiental também afirmou que o valor considerado elevado não se deu por falha na prestação do serviço, mas sim pela efetiva utilização de água no imóvel, e regularmente aferida por medidor, pontuando a legalidade das cobranças e, conseqüentemente, a inexistência de irregularidade.

Após análise do órgão julgador, foram constatadas cobranças desproporcionais em relação aos consumos aferidos anteriormente. “É de fácil constatação que o valor cobrado em janeiro de 2020, R\$ 14.674,09, é expressivamente superior àqueles que usualmente eram apurados na unidade, conforme se pode extrair do próprio histórico contido nas demais faturas”, cita a sentença.

A decisão do órgão colegiado, composto pelos desembargadores Marcelino Everton (relator do processo), Cleones Cunha e Sebastião Bonfim, manteve a sentença do juiz Cristiano Simas, dando razão à moradora e determinando que a empresa de abastecimento de água cancele e refature as contas de consumo dos meses em que foram constatados aumento abusivo da tarifa. A empresa foi condenada a indenizar a proprietária no valor de R\$ 2 mil reais.

Juiz Marco Adriano é promovido e se despede de Pedreiras

23:54:00 FERNANDO MELO DR. MARCOS ADRIANO, PEDREIRAS FAÇA UM COMENTÁRIO

Juiz Marco Adriano e desembargador Paulo Velten. (Foto/divulgação: Ribamar Pinheiro)

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reuniu, no Gabinete da Presidência, magistrados para solenidade de posse de juízes e juízas que foram promovidos na sessão plenária administrativa desta quarta-feira (6/7).

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, disse que a progressão na carreira representa um avanço na profissão, aumenta as responsabilidades de modo significativo e torna os magistrados e magistradas mais experientes.

Dentre os magistrados empossados, o juiz Marco Adriano Ramos Fonseca tomou posse no cargo de juiz auxiliar da Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final, pelo critério de merecimento. "Chego com muita vontade de fazer um trabalho de excelência, de manter um padrão de atividade e prestação jurisdicional dentro de uma duração razoável do processo, mas, acima de tudo, buscando o objetivo principal que é a pacificação social. Agradeço ao Tribunal de Justiça, a todos os desembargadores e desembargadoras que levaram em consideração toda a minha trajetória. Tenho um sentimento de gratidão e de renovação de esperança para que o Judiciário maranhense traga resultados profícuos à sociedade", finalizou

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, disse que "essa promoção, pelo critério de merecimento, do juiz Marco Adriano, consagra o reconhecimento do seu trabalho e serve de estímulo para que ele siga adiante, comprometido e fazendo o melhor trabalho possível pela Justiça do Estado e pelo jurisdicionado".

O presidente da AMMA, Holidice Barros, disse que o juiz é merecedor de todas essas conquistas. "É um magistrado comprometido com a jurisdição, com a vida pública, e que se vê como um transformador de realidades, preocupado com a redução das desigualdades sociais", destacou o magistrado.

Sua longa passagem por Pedreiras é marcada por seu protagonismo diante das demandas sociais por justiça, que diariamente batem à porta da 1ª Vara de Pedreiras - MA. Fora dela se fez presente em espaços diversos, retificando o importante papel do judiciário na promoção da justiça e no combate às diversas desigualdades que nos desafiam, enquanto sociedade.

Foi Dr. Marco Adriano que em 2015, afastou o então prefeito Totonho Chicote, após denúncia do Ministério Público de superfaturamento e realização de licitações irregulares.

Dr. Marco Adriano também é conhecido por sua luta contra o racismo, algo que vivenciou em sua caminhada de vida. "Um preso ficou surpreso ao me ver como juiz negro", disse, em uma peça audiovisual na qual foi homenageado em referência ao Dia da Consciência Negra.

Agência TJMA

Com acréscimos de "O Pedreirense"

Brandão anuncia retorno a SP para “revisão” após cirurgia

O governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB), anunciou nesta sexta-feira (8) que retornará a São Paulo para uma “revisão” após sua cirurgia para retirada de um cisto renal.

A viagem está marcada para este sábado (9).

“Amanhã completa uma semana que deixei o hospital. Plenamente recuperado, irei a São Paulo fazer uma breve e rápida revisão de rotina”, afirmou.

Em virtude do procedimento a que precisou submeter-se o socialista deixou o estado pela primeira vez no dia 17 de maio. Na ocasião, ele se internou na capital paulista, onde ficou até o dia 1º de julho.

Por conta da necessidade de estender a estada fora do Maranhão, o governador precisou tirar licença, passando o comando do Executivo estadual ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten,

Desta vez, contudo, não será necessária um novo afastamento do cargo.

Paulo Velten se pronuncia sobre crédito para o TJ de mais de R\$ 110 milhões

Publicado em 8 de julho de 2022

O ex-governador interino do Maranhão e presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten, se pronunciou sobre um crédito suplementar, assinado por ele na condição de mandatário maior do Palácio dos Leões, no qual concedeu a bagatela de R\$ 110 milhões e 978 mil para os cofres do Poder Judiciário.

O documento foi assinado no dia 28 de junho, mas só se tornou público na edição do dia 04 deste mês do Diário Oficial do Estado, dois dias após o início do período vedado.

De acordo com Velten, que passou mais de 40 dias como governador interino devido ao afastamento de Carlos Brandão, o crédito não se trata de recursos do Executivo do Governo do Estado, mas de recursos que já pertenciam ao Tribunal.

“Quando o órgão não consegue executar todo o valor destinado para o orçamento do período financeiro, esse dinheiro retorna para a conta única do Estado. Como ele já foi destinado anteriormente ao Poder Judiciário, ele é devolvido na forma de suplementação orçamentária”, explicou.

Segundo análise do magistrado, o crédito financeiro do Tribunal aconteceu em virtude de ações não terem sido realizadas em razão da pandemia e consequente afastamento social, o que permitiu ao final do exercício financeiro de 2021 um superávit, ganho maior um ganho maior que o gasto.

Por que Paulo Velten governador enviou R\$ 110 milhões para Paulo Velten presidente do TJ?

08/07/2022 10:20:48

O desembargador comandante da corte estadual foi governador durante o afastamento de Carlos Brandão

Nos últimos dias de interinidade como governador do Maranhão, o desembargador Paulo Velten assinou crédito suplementar no valor de R\$ 110.978.000,00 para os cofres do Tribunal de Justiça do Estado, do qual é presidente.

O fato administrativo foi realizado no dia 28 de junho, mas só foi publicado no Diário Oficial do Estado em 04 de julho, após o magistrado ter deixado o exercício temporário como chefe do Executivo Estadual, e dois dias após o início de período vedado.

O fato foi destacado pela imprensa, naturalmente, por se tratar de um caso clássico de atuação nos dois lados do balcão, de uma lado como pagador e do outro como recebedor. Ou seja, Paulo Velten governador enviando dinheiro para Paulo Velten Presidente do TJ.

No entanto, o desembargador esclareceu que o montante destinado ao Judiciário já era recurso do próprio Judiciário que havia retornado aos cofres do Estado.

Segundo o magistrado, o crédito financeiro do Tribunal aconteceu em virtude de ter havido uma sobra financeira ao final do exercício de 2021, porque algumas ações não foram realizadas pelo Tribunal na pandemia. Sobrou dinheiro.

"Quando o órgão não consegue executar todo o valor destinado para o orçamento do período financeiro, esse dinheiro retorna para a conta única do Estado. Como ele já foi destinado anteriormente ao Poder Judiciário, ele é devolvido na forma de suplementação orçamentária".

Paulo Velten

Por cobrança abusiva em conta de água, BRK é condenada a indenizar cliente no Maranhão

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença para indenizar moradora de São José de Ribamar, após ter recebido cobrança abusiva de mais de R\$ 14 mil reais em apenas um mês de consumo de água em sua residência. A decisão unânime foi proferida nesta quinta-feira (7), em sessão por videoconferência.

BRK Ambiental. Foto Reprodução

Segundo a decisão, que manteve a sentença do Juízo de base, a proprietária de um imóvel em São José de Ribamar recebeu entre os meses de janeiro e março de 2020 cobrança de tarifas abusivas, quando comparadas aos demais meses anteriores, pela empresa BRK Ambiental - Maranhão S/A.

Ao receber a cobrança com o aumento desproporcional, a moradora foi surpreendida posteriormente com a suspensão do fornecimento de água, sem qualquer notificação. Ao ingressar com a ação na Justiça, em sede de tutela antecipada (decisão que adianta efeitos da decisão final) teve o pedido atendido, para a religação do abastecimento de água imediato e suspensão das cobranças em valores desproporcionais.

Em sua defesa, a empresa alegou que houve corte no local por inadimplência das faturas dos meses em questão e que a cobrança dos serviços efetivamente consumidos constitui exercício regular do direito, por conta da suposta inadimplência. A BRK Ambiental também afirmou que o valor considerado elevado não se deu por falha na prestação do serviço, mas sim pela efetiva utilização de água no imóvel, e regularmente aferida por medidor, pontuando a legalidade das cobranças e, conseqüentemente, a inexistência de irregularidade.

Após análise do órgão julgador, foram constatadas cobranças desproporcionais em relação aos consumos aferidos anteriormente. "É de fácil constatação que o valor cobrado em janeiro de 2020, R\$ 14.674,09, é expressivamente superior àqueles que usualmente eram apurados na unidade, conforme se pode extrair do próprio histórico contido nas demais faturas", cita a sentença.

A decisão do órgão colegiado, composto pelos desembargadores Marcelino Everton (relator do processo), Cleones Cunha e Sebastião Bonfim, manteve a sentença do juiz Cristiano Simas, dando razão à moradora e determinando que a empresa de abastecimento de água cancele e refature as contas de consumo dos meses em que foram constatados aumento abusivo da tarifa. A empresa foi condenada a indenizar a proprietária no valor de R\$ 2 mil reais.

O legado de miséria deixado por Flávio Dino e mantido por Brandão?

08/07/2022 17:00:03

Dados apresentados pelo senador Weverton Rocha durante pronunciamento ao Senado somam-se aos números já conhecidos dos maranhenses e comprovam que a gestão comunosocialista foi letal para o desenvolvimento do Maranhão e das famílias carentes no estado

A pobreza maranhense é exibida como troféu pelo substituto-tampão de Flávio Dino, Carlos Brandão, que mantém o mesmo legado de miséria deixado pelo comunista

Ensaio

Já era de conhecimento público que o governo Flávio Dino (PSB) jogou pelo menos mais 400 mil maranhenses na linha da pobreza extrema, como mostram números de estudos do IBGE levantados desde 2019. (Saiba mais aqui, aqui, aqui, aqui e também aqui)

Mas a situação do Maranhão após oito anos de governo comunista é ainda pior.

Novos dados apresentados pelo senador Weverton Rocha (PDT) em discurso no Senado Federal mostra um Maranhão destruído pela cultura política de Dino, de favorecimento a pequenos grupos de empresas, aumento exorbitante de impostos e incapacidade de atrair investimentos.

São 57% de maranhenses que vivem com menos de R\$ 500 por mês;

Mais de 1 milhão de maranhenses sem banheiros;

Quase 50% da população morando em ruas sem pavimentação;

225 mil maranhenses necessitando do auxílio-Brasil sem acesso ao benefício.

Exatamente como os chefes comunistas mundo à fora, Flávio Dino vê do alto do seu Palácio as massas que ele prometeu tirar da pobreza e fracassou em oito anos de mandato

O pior é que o legado da miséria deixado por Flávio Dino vem sendo mantido integralmente pelo seu sucessor-tampão Carlos Brandão (PSB).

Com pouco mais de três meses no cargo, o governador substituto beneficiou prefeituras amigas com mais de R\$

1 bilhão em recursos fundo a fundo; deu R\$ 110 milhões para custear desembargadores do Tribunal de Justiça e mais de R\$ 50 milhões em emendas para deputados aliados.

Outros R\$ 25 milhões foram gastos com "o São João maior do mundo"; e mais R\$ 10 milhões serão usados para pagar comida cara para ele e sua equipe, apenas em São Luís e Imperatriz.

Mas nenhum projeto de combate à pobreza foi apresentado ou está sendo desenvolvido pelo governo-tampão.

Ao invés de beneficiar as famílias mais pobres, Brandão faz é dificultar a vida do trabalhador e de quem mais precisa.

Imagem-símbolo da miséria do Maranhão em plena São Luís: palafita sem acesso às condições sanitárias, com o Palácio dos Leões, onde são servidos caros banquetes desde o início do governo comunista

O sucateamento do ferry boat no governo Flávio Dino, que ele faz questão de sucatear ainda mais com ferrys velhos trazidos do Pará, torna um inferno a travessia de trabalhadores de São Luís para a baixada e da baixada para São Luís.

Brandão também se recusa a baixar o ICMS dos combustíveis, deixando a gasolina maranhense entre as mais caras do Brasil, o que prejudica, sobretudo, o trabalhador que usa o veículo - carro ou moto - como ferramenta de trabalho.

Não há dúvidas para nenhum maranhense que Flávio Dino conseguiu piorar a pobreza que já existia no Maranhão, deixando um legado de miséria.

E este legado de miséria é mantido por seu sucessor-tampão Carlos Brandão...

Paulo Velten diz que os R\$ 110 milhões repassados por ele próprio já pertenciam ao TJ-MA

08/07/2022 14:00:30

Segundo o presidente do Poder Judiciário maranhense - que assumiu o Governo do Estado por mais de 40 dias e liberou o dinheiro para execução dele mesmo - os recursos são referentes ao exercício financeiro passado, devolvidos agora em forma de suplementação orçamentária

Paulo Velten disse que os R\$ 110 milhões liberados por ele mesmo ao seu TJ-MA já pertenciam ao Judiciário; mas não poderiam esperar o próprio tampão fazer esta suplementação?

O presidente do Tribunal de Justiça e ex-governador interino do Maranhão desembargador Paulo Velten, tentou nesta sexta-feira, 8, explicar o crédito de R\$ 110 milhões que ele mesmo destinou a Poder que preside quando estava no exercício do governo.

Velten passou cerca de 40 dias como tampão do governador-tampão Carlos Brandão (PSB); no apagar das luzes, em 28 de junho, liberou ao Tribunal de Justiça exatos R\$ 110.978.552,57.

- Quando o órgão não consegue executar todo o valor destinado para o orçamento do período financeiro, esse dinheiro retorna para a conta única do Estado. Como ele já foi destinado anteriormente ao Poder Judiciário, ele é devolvido na forma de suplementação orçamentária - justificou o desembargador-presidente do TJ.

Há um problema na explicação do magistrado.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, que estabelece as normas gerais de Direitos Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos da União, dos estados e municípios, a suplementação orçamentária precisa ser precedida de justificativa.

No Decreto nº 37.758, assinado pelo próprio Velten em 28 de junho, não há nenhuma exposição de motivos para justificar a suplementação embora apresente tabela sucinta demonstrando superávit no orçamento do TJ da ordem de R\$ R\$ 300.434.912,66 no exercício de 2021, oriundo de fonte 0301.

Independentemente da natureza do crédito suplementar feito ao Tribunal de Justiça, causou impacto na opinião pública o fato de o próprio presidente do TJ ter aproveitado o momento como chefe do Executivo para liberar o crédito ao Poder que dirige.

Até por que, a dotação poderia ser feita - caso houvesse, de fato, a necessidade comprovada - pelo próprio

governador-tampão Carlos Brandão, ao longo do segundo semestre de 2022.

Mas no Maranhão, as coisas funcionam assim...

Bandão retorna a São Paulo para novos exames

O governador Carlos Brandão (PSB), após passar mais de 40 dias internado em São Paulo, retornará à capital paulista para novos exames.

O anúncio foi feito pelo próprio Brandão por meio das redes sociais. Segundo ele, será uma “breve” e “rápida” revisão de rotina.

Da última vez, antes de ir a São Paulo, Brandão informou que se submeteria a uma pequena cirurgia para a retirada de um cisto no rim, em um procedimento considerado como simples.

No entanto, ele passou mais de 40 dias internado, sendo substituído pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, que assumiu as funções de chefe do Executivo.

Carlos Brandão retorna a São Paulo para exames

8 de julho de 2022Redacao Blog

O governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB), retorna a São Paulo para dar continuidade ao tratamento de saúde, decorrente da recente cirurgia que fez. Ele anunciou, em suas redes sociais, na noite de quinta-feira (7), que fará uma 'revisão de rotina' na capital paulista, para onde deve viajar neste sábado (09).

O socialista se submeteu a uma cirurgia para retirada de um cisto do rim, no mês de maio, no Hospital Beneficência Portuguesa, onde ficou até dia 1º de julho internado. No dia 02, voltou ao Maranhão. A previsão é que ele viaje no sábado (9).

"Amanhã completa uma semana que deixei o hospital. Plenamente recuperado, irei a São Paulo fazer uma breve e rápida revisão de rotina", postou o governador em suas redes sociais.

Brandão volta à capital paulista após uma semana da alta médica. Em vídeos publicados ao longo do seu tratamento, ele chegou a relatar que ficaria na cidade o tempo que fosse necessário ao tratamento e para que não precisasse mais retornar ao hospital.

Nesse período, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, assumiu o Governo do Estado. Porém, desta vez não haverá essa necessidade, pois Brandão não precisará afastar-se oficialmente. Pode ficar fora do estado até 15 dias sem exigência de licença. Mas, de acordo com o que o governador informou, ficará fora por poucos dias.

PCdoB protocola consulta sobre suposta inelegibilidade de Othelino Neto, mas retira

De acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), no último dia 4, protocolou uma consulta em relação à inelegibilidade do deputado estadual Othelino Neto (PC do B). O motivo da consulta ainda é sobre a recusa do presidente da Assembleia Legislativa em assumir, ainda que interinamente, o Governo do Estado, em função do afastamento de Carlos Brandão (PSB).

Segundo a Constituição Maranhense, Othelino deveria ter assumido o cargo, mas decidiu sair do Estado dias antes, deixando a responsabilidade para o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Paulo Velten. Caso assumisse, o deputado estaria inelegível nas próximas eleições porque ocorreria dentro do prazo de seis meses que antecedem o pleito eleitoral.

No pedido de consulta, o PC do B fez a seguinte pergunta:

“Seria possível ao Presidente do Poder Legislativo Estadual ou Municipal, chamado a ocupar interinamente o cargo de chefe do Poder Executivo nos seis meses anteriores ao pleito, apresentar escusa temporária ao exercício interino do respectivo cargo, sem incorrer na causa de inelegibilidade disposta no art. 14, § 6º, da Constituição Federal?”.

Em outras palavras, a dúvida do partido é se o que o Othelino fez foi legal, uma vez que existe uma linha sucessória para assumir o cargo de Governador do Estado e, tecnicamente, não foi cumprida.

Antes de receber o retorno da solicitação, o partido retirou o pedido de consulta e, conseqüentemente, a resposta para a pergunta. Sobre isso, o blog entrou em contato com Othelino, que afirmou estar “bem seguro” da legalidade de seus atos.

Brandão anuncia viagem a São Paulo para "revisão" após cirurgia

Governador do Maranhão submeteu-se a procedimento em maio para retirada de um cisto renal.
Gilberto Léda/iplítica

08/07/2022 às 07h34 - Atualizada em 08/07/2022 às 07h41

Brandão fará retorno com a equipe médica que o atendeu em São Paulo

Brandão fará retorno com a equipe médica que o atendeu em São Paulo (Reprodução)

SÃO LUÍS - O governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB), anunciou nesta quinta-feira (7) que retornará a São Paulo para uma "revisão" após sua cirurgia para retirada de um cisto renal.

A viagem está marcada para esta sexta-feira (8).

"Amanhã completa uma semana que deixei o hospital. Plenamente recuperado, irei a São Paulo fazer uma breve e rápida revisão de rotina", afirmou.

Em virtude do procedimento a que precisou submeter-se o socialista deixou o estado pela primeira vez no dia 17 de maio. Na ocasião, ele se internou na capital paulista, onde ficou até o dia 1º de julho.

Por conta da necessidade de estender a estada fora do Maranhão, o governador precisou tirar licença, passando o comando do Executivo estadual ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten,

Desta vez, contudo, não será necessária um novo afastamento do cargo.

Judiciário fortalece políticas antidiscriminatórias com participação em eventos da Emap e Rede LGBTI+

09/07/2022 00:01:00

As ações realizadas pelo Comitê de Diversidade do TJMA foram apresentadas aos gestores e funcionários da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), que puderam conhecer o trabalho realizado pelo Judiciário maranhense de combate ao preconceito e à discriminação.

O convite foi realizado pela gerência de Recursos Humanos da Emap, que também está no processo de implantação de políticas de Diversidade na empresa, por meio do programa Somos.

O juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca (coordenador do Comitê), e a juíza Elaile Silva Carvalho (coordenadora adjunta) detalharam a atuação do Comitê. Os magistrados destacaram a Resolução 47/2020 de criação do órgão, com sua missão, visão e valores como meio de institucionalizar medidas antidiscriminatórias para os públicos interno e jurisdicionados.

As formações, eventos, campanhas e parcerias foram enfatizados como estratégias para combater práticas discriminatórias, a exemplo do racismo e da lgbtfobia.

O juiz Marco Adriano, abordou o desafio e o déficit da presença de pessoas negras no poder, lembrando que representatividade é estar em um espaço que todos(as) se vejam representados naquele local.

A magistrada Elaile Carvalho pontuou sobre a realização do Casamento Comunitário LGBTQIA+, que será realizado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), dia 8 de outubro, como uma forma de evitar o preconceito e acolher os casais.

O evento ocorreu no dia 28 de junho, e contou com a presença do presidente da Emap, Ted Lago, da gerente de RH, Maria da Graça Abreu Costa, que juntamente com sua equipe e demais gestores conduziram o evento. A temática da Diversidade também contou com a participação da gerente de Recursos Humanos da Alumar e líder de Treinamento e Desenvolvimento Regional de Operações, Tereza Cavalca, que explanou sobre a experiência da empresa.

As servidoras Luciana Brandão, Joseane Cantanhede e Joelma Nascimento, que são membras do Comitê, estiveram presentes no evento.

LANÇAMENTO DA REDE ESTADUAL LGBTI+ DO MARANHÃO

O Comitê de Diversidade do TJMA participou do lançamento da Rede Estadual LGBTI+ do Maranhão. A Rede foi criada a partir da articulação entre a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) junto a outros órgãos públicos e privados, bem como entidades da sociedade civil organizada, os quais assinaram um

Protocolo de Intenções que determina as responsabilidades de cada uma dessas instituições no âmbito da proteção e garantia dos direitos da população LGBTQIA+.

O evento aconteceu no dia 28 de junho, Dia do Orgulho LGBTQIA+, no auditório do Edifício João Goulart, na Praça Dom Pedro II, com a presença do presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, então, governador em exercício, da Secretária da Sedihpop, Amanda Costa, da presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), Keila Simpson, entre outros representantes. Paulo Velten observou que "o grau de civilidade de uma sociedade é medido pela forma como ela trata suas minorias sociais".

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Comitê de Diversidade, também assinou o Protocolo de Intenções, comprometendo-se a dar continuidade às ações que já vem sendo colocadas em prática desde sua criação, no sentido de fomentar a inclusão social e o respeito à diversidade sexual e de gênero. O Comitê foi representado pelo juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca (coordenador), e pelo servidor e membro do Comitê de Diversidade, Luciano Lopes Vilar.

Luciano Vilar compôs a mesa da solenidade de abertura e ressaltou, em sua fala, a importância daquele momento, especialmente por sua construção em conjunto com a sociedade civil e os movimentos sociais. Luciano também mencionou que o Poder Judiciário é, no Brasil, o único garantidor dos direitos conquistados pela população LGBTQIA+, uma vez que não existem, em âmbito federal, nenhuma legislação oriunda do Congresso Nacional. Por fim, ratifica que o Comitê de Diversidade busca, dentro de suas atribuições, ser um aliado da comunidade LGBTQIA+ dentro do judiciário estadual maranhense.

A solenidade também contou com a presença do presidente do Conselho Estadual LGBTI+, Ricardo Lima; o coordenador titular da Aliança no Maranhão, Airton Ferreira; o diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI, Toni Reis, além de representantes de várias secretarias e autarquias, e vários(as) militantes e ativistas de São Luís e várias cidades do interior.

O post Judiciário fortalece políticas antidiscriminatórias com participação em eventos da Emap e Rede LGBTI+ apareceu primeiro em O Maranhense.

Cobrança abusiva em conta de água gera indenização

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença para indenizar moradora de São José de Ribamar, após ter recebido cobrança abusiva de mais de R\$ 14 mil reais em apenas um mês de consumo de água em sua residência. A decisão unânime foi proferida nesta quinta-feira (7/7), em sessão por videoconferência.

Segundo a decisão, que manteve a sentença do Juízo de base, a proprietária de um imóvel em São José de Ribamar recebeu entre os meses de janeiro e março de 2020 cobrança de tarifas abusivas, quando comparadas aos demais meses anteriores, pela empresa BRK Ambiental - Maranhão S/A.

Ao receber a cobrança com o aumento desproporcional, a moradora foi surpreendida posteriormente com a suspensão do fornecimento de água, sem qualquer notificação. Ao ingressar com a ação na Justiça, em sede de tutela antecipada (decisão que adianta efeitos da decisão final) teve o pedido atendido, para a religação do abastecimento de água imediato e suspensão das cobranças em valores desproporcionais.

Em sua defesa, a empresa alegou que houve corte no local por inadimplência das faturas dos meses em questão e que a cobrança dos serviços efetivamente consumidos constitui exercício regular do direito, por conta da suposta inadimplência. A BRK Ambiental também afirmou que o valor considerado elevado não se deu por falha na prestação do serviço, mas sim pela efetiva utilização de água no imóvel, e regularmente aferida por medidor, pontuando a legalidade das cobranças e, conseqüentemente, a inexistência de irregularidade.

Após análise do órgão julgador, foram constatadas cobranças desproporcionais em relação aos consumos aferidos anteriormente. "É de fácil constatação que o valor cobrado em janeiro de 2020, R\$ 14.674,09, é expressivamente superior àqueles que usualmente eram apurados na unidade, conforme se pode extrair do próprio histórico contido nas demais faturas", cita a sentença.

A decisão do órgão colegiado, composto pelos desembargadores Marcelino Everton (relator do processo), Cleones Cunha e Sebastião Bonfim, manteve a sentença do juiz Cristiano Simas, dando razão à moradora e determinando que a empresa de abastecimento de água cancele e refature as contas de consumo dos meses em que foram constatados aumento abusivo da tarifa. A empresa foi condenada a indenizar a proprietária no valor de R\$ 2 mil reais.

O post Cobrança abusiva em conta de água gera indenização apareceu primeiro em O Maranhense.

Juízes e juízas são empossados no TJMA

08/07/2022 09:09:00

O Tribunal de Justiça do Maranhão(TJMA) reuniu, no Gabinete da Presidência, magistrados para solenidade de posse de juízes e juízas que foram promovidos na sessão plenária administrativa desta quarta-feira (6/7).

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, disse que a progressão na carreira representa um avanço na profissão, aumenta as responsabilidades de modo significativo e torna os magistrados e magistradas mais experientes.

Adriana da Silva Chaves tomou posse no cargo de juíza da Vara da Família da Comarca de Bacabal, de entrância intermediária. A promoção foi pelo critério de merecimento. "Estou muito feliz por ser promovida para uma Vara Especializada. Espero ter o mesmo entusiasmo que tive nesses seis anos como juíza titular na Comarca de Morros, que foi de trabalho intenso", comentou.

Alexandre Sabino Meira tomou posse no cargo de juiz para a 5ª Vara da Comarca de Balsas, de entrância intermediária, pelo critério de antiguidade,. "Espero desenvolver um trabalho melhor do que fiz nas Comarcas de Loreto e Governador Eugênio Barros", afirmou.

Dayna Leão Tajra Reis Teixeira tomou posse como juíza auxiliar da Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final, pelo critério de antiguidade. "É com muita alegria que chego à entrância final e espero continuar nessa atividade que tanto me honra", finalizou.

O presidente da AMMA, Hóldice Barros, desejou sucesso aos colegas. "Que esse momento sirva para renovar o ânimo e compromisso com a magistratura", concluiu.

O juiz Marco Adriano Ramos Fonseca tomou posse no cargo de juiz auxiliar da Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final, pelo critério de merecimento. "Chego com muita vontade de fazer um trabalho de excelência, de manter um padrão de atividade e prestação jurisdicional dentro de uma duração razoável do processo, mas, acima de tudo, buscando o objetivo principal que é a pacificação social. Agradeço ao Tribunal de Justiça, a todos os desembargadores e desembargadoras que levaram em consideração toda a minha trajetória. Tenho um sentimento de gratidão e de renovação de esperança para que o Judiciário maranhense traga resultados profícuos à sociedade", finalizou

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, disse que "essa promoção, pelo critério de merecimento, do juiz Marco Adriano, consagra o reconhecimento do seu trabalho e serve de estímulo para que ele siga adiante, comprometido e fazendo o melhor trabalho possível pela Justiça do Estado e pelo jurisdicionado".

O presidente da AMMA, Hóldice Barros, disse que o juiz é merecedor de todas essas conquistas. "É um magistrado comprometido com a jurisdição, com a vida pública, e que se vê como um transformador de realidades, preocupado com a redução das desigualdades sociais", destacou o magistrado.

Juiz Aurimar Arrais Sobrinho assume a 1ª Vara da Comarca de São Mateus

08/07/2022 23:00:00

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio de seu presidente, desembargador Paulo Velten, deu posse, nesta quinta-feira (7), em seu gabinete, ao juiz Aurimar de Andrade Arrais Sobrinho, na 1ª Vara da Comarca de São Mateus do Maranhão, de entrância intermediária.

O juiz era titular da 1ª Vara da Comarca de Balsas e foi removido, pelo critério de antiguidade, em sessão plenária administrativa ordinária, no dia 1º de junho deste ano.

O desembargador Paulo Velten comentou sobre o reconhecimento do trabalho do magistrado realizado na Comarca de Balsas e que acredita no mesmo empenho na Comarca de São Mateus do Maranhão.

A leitura do termo de compromisso e posse foi feita pelo diretor-geral do TJMA, Carlos Anderson Ferreira.

CARREIRA

Aurimar de Andrade Arrais Sobrinho ingressou na magistratura em 2016, como juiz substituto e sendo logo titularizado na Comarca de Governador Nunes Freire, em seguida passou pelas Comarcas de Humberto de Campos, Balsas e agora São Mateus.

Ele disse que a Comarca de São Mateus do Maranhão é um novo desafio. "Vou para uma Comarca que sabemos que tem diversos problemas, com um acervo muito grande mas, nada impede que consigamos fazer um bom trabalho", afirmou o juiz.

O post Juiz Aurimar Arrais Sobrinho assume a 1ª Vara da Comarca de São Mateus apareceu primeiro em O Maranhense.

Paulo Velten fala do decreto assinado para retornar crédito ao Judiciário

08/07/2022 07:00:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, nesta quinta-feira (7/7), pronunciou-se sobre o Decreto nº. 37.758/2022, assinado no dia 28 de junho, enquanto esteve no exercício do cargo de Governador do Estado.

O Decreto nº. 37.758/2022 disponibilizou crédito suplementar de R\$ 110 milhões ao Tribunal de Justiça do Maranhão, decorrente de superávit ("lucro do exercício") financeiro do Poder Judiciário no exercício de 2021. O valor foi apurado em balanço patrimonial do Estado e deve ser devolvido conforme prevê a Lei Orçamentária nº. 4.320/64.

O presidente do Tribunal esclareceu que o crédito não se trata de recursos do Executivo do Governo do Estado, mas de recursos que já pertenciam ao Tribunal. "Quando o órgão não consegue executar todo o valor destinado para o orçamento do período financeiro, esse dinheiro retorna para a conta única do Estado. Como ele já foi destinado anteriormente ao Poder Judiciário, ele é devolvido na forma de suplementação orçamentária", explicou o magistrado.

Segundo análise do magistrado, o crédito financeiro do Tribunal aconteceu em virtude de ações não terem sido realizadas em razão da pandemia e consequente afastamento social, o que permitiu ao final do exercício financeiro de 2021 um superávit, ganho maior que o gasto.